

## Fronteiras do folclore – poder e cultura em Santa Catarina na década de 1950

Thiago Juliano Sayão\*

### Resumo:

Este artigo procura discutir o folclore enquanto uma categoria discursiva, que busca legitimar uma certa identidade cultural em Santa Catarina a partir da década de 1950.

**Palavras-chave:** folclore, cultura, identidade, discurso, poder

### Abstract:

This article attempts to argue the folklore while a group of speeches which search legitimate a certain culturally identify in Santa Catarina from 1950.

**Key words:** folklore, culture, identify, speech, power

A festa (popular) oficial, às vezes mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos políticos e morais correntes. A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória.<sup>1</sup>

Pretendo através deste artigo tecer algumas considerações sobre folclore tendo em vista o projeto de mestrado que venho desenvolvendo intitulado: *Entre Teatro e Representações – política cultural em Florianópolis*. A relação entre folclore e teatro apresenta-se como uma problemática ao projeto, uma vez que o mesmo objetiva perceber as representações de determinados intelectuais a cerca da “cultura popular” em Florianópolis a partir da década de 1950.

Os teatros folclóricos ou danças dramáticas<sup>2</sup> servirão como portas de entrada ao projeto de mestrado, por enquanto sugiro uma discussão sobre folclore enquanto categoria discursiva.

Quem está autorizado a falar sobre folclore? O que é considerado folclore? Quando este tema ganha notoriedade em Santa Catarina? Estas e outras questões permeiam o presente texto, que procura questionar as representações do folclore por alguns intelectuais ligados as instituições do Estado, sejam eles folcloristas – “cientistas” – ou literatos preocupados na elaboração de uma identidade para a população catarinense por meio da seleção, construção e divulgação da cultura popular.

O ponto de partida que proponho para uma leitura sobre a relação entre o folclore e os intelectuais é o *Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore*, um periódico criado em 1949 por um grupo de políticos, artistas, professores, historiadores etc<sup>3</sup>, que estavam subordinados a *Comissão Nacional de Folclore*, ligada ao governo central do Rio de Janeiro que tinha como secretário-geral o folclorista Renato Almeida.<sup>4</sup> Ele organizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore em 1951, além da realização

---

\* Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão. Bolsista CAPES/CNPq.

das Semanas de Folclore de 1948, 49, 50 e 52 em diferentes centros urbanos do Brasil. Segundo Rossini Tavares de Lima, Renato Almeida foi o “chefe do movimento folclórico brasileiro”.<sup>5</sup>

A frente de tal movimento Renato Almeida buscava o reconhecimento científico ao folclore, apesar de ter consciência das dificuldades em delimitar o “campo exato de seus conhecimentos”. A imprecisão de fronteiras colocava em cheque a cientificidade do folclore. Para ele “o folclore se prende diretamente ao grupo das ciências antropológicas, liga-se muito diretamente à Sociologia, relaciona-se com a História, a Geografia, a Psicologia, a Economia, a Arte”.<sup>6</sup> Essa dificuldade de encontrar um método exprime, segundo Renato Ortiz, “a incapacidade de o folclore se transformar em verdadeira disciplina acadêmica”.<sup>7</sup> Nessa discussão podemos incluir ainda Florestan Fernandes que não lê o folclore como uma ciência autônoma, mas sim como parte da cultura vista como um fenômeno mais amplo, assim: “não existe um conjunto de fatores folclóricos relacionados causalmente cuja ‘natureza’ o caracterizasse como objeto específico de uma ciência nova”.<sup>8</sup>

O desejo de legitimar o folclore como disciplina, existe desde o final do século XIX na Europa, onde o espírito científico rondava a cultura popular. Na Inglaterra em 1878 criou-se a *Folklore Society* que procurava estudar o popular e sua cultura afim de transforma-la em uma nova ciência, a idéia espalhou-se rapidamente ganhando adeptos pelo mundo. Segundo Renato Ortiz: “a aceitação do termo (folclore) reflete a hegemonia e a consagração de um determinado tipo de análise da cultura popular”.<sup>9</sup> Ortiz se refere a uma análise positivista presente no pensamento das Ciências Sociais do século XIX, que acreditava levar o esclarecimento ao universo popular. Num movimento pendular os intelectuais oscilam e vão até o povo para conhecer suas práticas, se apropriam do que lhes interessa e retornam para assim instruí-los e ensinar-lhes sobre eles mesmos, ou melhor, sobre o que os eruditos acreditam ser a cultura popular.

Esta operação de ir até o povo para conhecer sua cultura está relacionada ao processo de modernização e industrialização que a Europa atravessava, e, procurava, através do Estado Nacional inserir as classes populares nos saberes da civilização. Para tanto a imagem negativa da cultura popular, como atraso e superstição, foi sendo substituída pela de sobrevivência, e, portanto, passível de ser apropriada pelos discursos nacionalistas, já que um estudo da cultura popular estaria diretamente ligado a um estudo das tradições de uma determinada nação. Assim, ou a cultura popular transforma-se em peça de museu e símbolo nacional ou sucumbia ao processo civilizador.

No Brasil o folclore também está na pauta do debate sobre a questão do nacional. Neste sentido Mário de Andrade nos fala a respeito do choque entre tradição e progresso:

As danças dramáticas estão em plena, muito rápida decadência. Os reisados de muitas partes já desapareceram (...), nas regiões centrais do país, sobretudo nas mais devastadas pelo progresso, o que existe é desoladoramente pobre, muitas vezes reduzido a mero cortejo ambulatório, que quando pára só pode ainda dançar coreografias puras e alguma rara figuração de guerra, perdida a parte dramática (...). As danças dramáticas lutam furiosamente com a... civilização.<sup>10</sup>

Na década de 1950 se operou nos quadros intelectuais brasileiros uma verdadeira busca da identidade do povo brasileiro, tendo como cenário o processo de modernização e urbanização que o país atravessava. Frente às ‘ondas cosmopolitas’ nos centros urbanos foi se erguendo um arcabouço teórico e prático por meio de uma série de discursos que tinham como objetivo o resgate das tradições, uma volta às origens do que se acreditava ser a essência do povo brasileiro.



Tais discursos vêm ao encontro de um sistema ideológico nacional-desenvolvimentista das elites brasileiras representados pelos intelectuais do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros<sup>11</sup>. Neste período (após a Segunda Grande Guerra e o Estado Novo) o ideal nacionalista foi pano de fundo as ações governamentais nos campos da economia, política e cultura. Na vereda econômica procurava-se a superação da condição de subdesenvolvimento com a industrialização do país; na política o populismo aos moldes getulistas sobrevivia com Juscelino Kubitschek; e, na cultura consolidava-se uma busca do povo e de sua cultura, que serviria ao levantamento da fundação, base ao prédio monumental da cultura brasileira. O pensamento dos intelectuais ligados ao ISEB estava calcado na “ideologia nacional do desenvolvimento” que por sua vez apropriava-se das raízes populares.<sup>12</sup>

A discussão sobre folclore emerge em Santa Catarina na esteira do pensamento científico e no universo dos movimentos românticos, que se lançavam à cata das tradições que pudesse caracterizar uma identidade regional, que fosse, por sua vez, compatível com os anseios nacionalistas. Não há portanto aqui uma dicotomia entre o regional e o nacional, pelo contrário, segundo Carlos Guilherme Mota: “o regionalismo, enquanto ideologia, não ocorre necessariamente em detrimento ou em contraposição a projeto nacional. Afinal, as diversas oligarquias propunham, e propõem, na luta política, uma perspectiva nacional”.<sup>13</sup>

Nos discursos em torno do folclore, que encerram uma luta política regionalizada, ganhavam corpo e voz as histórias heróicas do elemento açoriano de Santa Catarina. Em 1950 Oswaldo Cabral escreve *Os açorianos*, texto extraído dos Anais do 1º Congresso de História Catarinense, realizado em outubro de 1948 em homenagem ao Segundo Centenário de Colonização Açoriana.

Sobre o Congresso nos fala Bernardete Ramos Flores:

Foi no bojo desta discussão, portanto, como se vê, que a “açorianidade” foi inventada. Sem desmerecer os trabalhos de pesquisa histórica efetuados na construção desta açorianidade, quis enfatizar tão-somente o caráter político da cultura. Foi num momento de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, que o tema açoriano ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como os arquivos foram abertos e remexidos.<sup>14</sup>

Para Bernardete foi em meio as discussões sobre as “origens do homem catarinense” - sistematizadas no Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – que se buscou as origens do povo de Santa Catarina, cuja imagem deveria estar dissociada da figura do colono alemão. Neste período – a partir da segunda metade do século XX – houve uma valorização da colonização luso-açoriana, dessa forma, a representação cultural hegemônica é deslocada do grupo étnico “alemão” para o açoriano, que passa a ser percebido como o legítimo e originário habitante catarinense.

Será então neste período, segundo Hermetes Araújo<sup>15</sup>, que a imagem do colonizador açoriano, antes associada a um sujeito “indolente” e “incapaz”, passa a ser reformulada e percebida de uma maneira diferente, mais otimista e positiva. Deste modo, através da construção de uma identidade histórico-cultural, em meio às lutas simbólicas por uma hegemonia cultural e política, é que foi sendo valorizada uma certa cultura açoriana. Segundo Cabral:

[...] o açoriano não fracassou. Muito ao contrário, constituiu-se e definiu-se como elemento de elevada significação na estrutura social catarinense – e o seu decantado fracasso não passa de uma apressada e unilateral observação da sua incapacidade agrícola.<sup>16</sup>

A imagem manchada que os imigrantes açorianos carregaram nos primeiros anos do século XX é retocada e colorida com as idéias deste intelectual; o fracasso econômico da colonização portuguesa é compensado, primeiro: pelo heroísmo luso-brasileiro na defesa do litoral de Santa Catarina, e, segundo: pelo legado cultural deixado no Brasil. E, será sobre este legado que o grupo liderado por Oswaldo Cabral (que gira em torno do Boletim) empreenderá uma busca e apropriação da cultura popular, princípio da identidade catarinense.

A defasagem econômica/produtiva dos imigrantes açorianos é compensada pelo sucesso na formação sócio-cultural do povo litorâneo de Santa Catarina, “[...] o fracasso da agricultura açoriana não representa nem pode representar a falência do seu espírito, da sua alma da civilização lusa que legou aos seus descendentes”. O descendente açoriano “[...] recebeu e conservou a religião, a língua, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, firmando-os como fator principal da evolução histórico-político-social de Santa Catarina”.<sup>17</sup>

Nos discursos dos folcloristas, historiadores e romancistas, os açorianos saltam ao pódio dos vitoriosos, a imagem da colonização açoriana é invertida, de perdedores tornam-se vencedores. Segundo o folclorista e historiador Oswaldo Cabral:

O açoriano venceu pela sua descendência. [...] Amando a pátria que acolheu os velhos troncos, elevou-a, impondo, como sinal de sua capacidade, as tendências do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduraram e dominam até hoje, como marco indestrutível de sua vitória, no panorama social de Santa Catarina.<sup>18</sup>

Lucas Boiteux reforça a herança açoriana quando diz: “hoje em dia poucos são os catarinenses que nas veias não tragam alguns glóbulos desse povo marujo e cantor, tanta foi sua influência absorvente sobre a progênie dos primeiros povoadores”.<sup>19</sup>

Os discursos que cercam o elemento açoriano de Santa Catarina contemplavam as políticas públicas isebianas de construção de uma “cultura brasileira”, alicerçada na idéia das três “raças”, a “negra”, a “indígena” e a “branca” – mais especificamente de etnia portuguesa – como constituintes do povo brasileiro, apontada pelos folcloristas brasileiros: Sylvio Romero, Mário de Andrade, Luis da Camara Cascudo e Renato Almeida pensaram o processo de miscigenação como algo positivo, onde o mestiço era representado como o verdadeiro elemento nacional. Uma miscigenação que tem como base a herança cultural portuguesa presente nas manifestações folclóricas da população nacional. Segundo Camara Cascudo das três “raças” que compõe a literatura oral brasileira (folclore) a indígena, africana e portuguesa, foi a última quem:

Deu o contingente maior. Era vértice de ângulo cultural, o mais forte e também um índice de influências étnicas e psicológicas. Espalhou-se pelas águas indígenas e negras, não o óleo de uma sabedoria, mas a canalização de outras águas, impetuosas e revoltas, onde havia a fidelidade dos elementos árabes, negros, castelhanos, galegos, provençais, na primeira linha da projeção mental<sup>20</sup>.

Percebe-se que apesar das ‘misturas’ étnicas – tidas como conflituosas – o ‘elemento’ que se sobressai é o português, capaz de sintetizar as culturas e apaziguar as discórdias. O português é representado como o amálgama cultural entre as diferentes etnias que compõe o mosaico cultural brasileiro. Segundo Sylvio Romero os brasileiros são:



Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por elle n'esta terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua civilização, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da industria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens.<sup>21</sup>

Para Sylvio Romero é justamente a capacidade “superior” de se misturar a outras “raças” que distingue o “elemento português” das demais etnias habitantes do sul do Brasil. Os italianos e alemães para Romero constituem um perigo a soberania nacional, pois ao formar “guetos” coloniais representavam verdadeiros quistos nacionais. Para Romero o “elemento germânico”, por exemplo, “é demasiado diferente de seus vizinhos e concorrentes brasileiros que considera inferiores a si, e a experiência tem provado que não se deixa assimilar e diluir pelas populações pátrias que o circundam”.<sup>22</sup>

Apesar de quase cinqüenta anos estarem separando os discursos de Romero e os do *Boletim Catarinense*, podemos perceber que a fala do folclorista do começo do século serve como referência a uma série de outros discursos que rompem e compõem as diretrizes da política nacional de 1950. Não é por menos que o discurso pronunciado na Câmara dos deputados por Jorge Lacerda comemorando o centenário de Sílvio Romero foi publicado nas páginas do *Boletim*.<sup>23</sup>

Podemos nos perguntar como o Boletim leu a diversidade cultural no sul do Brasil, com a presença dos alemães e italianos em suas colônias? Nos discursos dos intelectuais que compõem o periódico ao mesmo tempo em que a diversidade cultural é apontada como característica da identidade do povo catarinense<sup>24</sup>, não se deixa de ressaltar que a cultura luso-açoriana age como elemento de conciliação desta diversidade.

Segundo Doralécio Soares:

[...] as várias regiões geo-econômicas do Estado atingiram o seu desenvolvimento atual após um trabalho lento, mas seguro, de povos que para aqui aportaram, não somente de além mar, mas, principalmente os luso-brasileiros, desbravadores dos sertões em busca de riquezas e da integração deste colossal Brasil.<sup>25</sup>

Desta maneira, estava em marcha uma política cultural que tentava, segundo Cynthia Campos:

[...] promover a homogeneização das diferentes culturas existentes no território catarinense e de forjar uma única mentalidade, justificaram-se com base no argumento que previa a necessidade de empreender um movimento em direção ao progresso, movimento esse que relaciona-se, intimamente, aos ideais de construção de nacionalidade brasileira.<sup>26</sup>

Por tanto o impasse apresentado por um mosaico cultural catarinense, composto pelas diversas culturas regionais (açoriana, alemã, italiana, polonesa etc), ganha um novo sentido quando re-elaborado pela elite catarinense, que vê o elemento açoriano como a base de uma cultura múltipla. Esta estratégia de apropriação das culturas populares por parte das elites intelectuais patrocinadas pelo Estado, que, baseadas numa ideologia nacionalista e industrial, visa manter um controle simbólico sobre as práticas e os discursos. Desta forma, “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”.<sup>27</sup>

Assim, a unificação se dá por um lado com o ‘elemento’ açoriano ou através de uma convivência harmoniosa entre diferentes culturas, formadoras deste mosaico étnico-cultural do sul do Brasil.

Aqui entra a relevante contribuição dos intelectuais que constituem um grupo de homens ilustres, membros de uma ampla rede de poder, uma “associação cultural”, que inclui: Academia Catarinense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Sub-Comissão Catarinense de Folclore, instituições que se empenhavam na construção de uma identidade.

Othon Gama D’Eça, da *Comissão Catarinense* e ligado ao movimento realista da Academia Catarinense de Letras, autor de *Homens e algas*<sup>28</sup>, procurava um lugar ao colono luso-açoriano, habitante do litoral. O escritor apresenta as misérias dos pescadores frente ao progresso, numa estrutura de sentimento inserida dentro do movimento literário romântico, que vê a cultura popular como uma reminiscência de culturas primitivas, do homem puro, simples e ingênuo. O pescador é retratado como uma alegoria coletiva do povo, um herói anônimo, que sobrevive a miséria mantendo suas tradições. “O boi (Boi-de-Mamão) se aproxima. Segue o povo. Ninguém ficou em casa, nos panos, nem mesmo doente: a brincadeira é mais forte do que tudo e está misturada no sangue [...]”.<sup>29</sup>

Também o *Terno de Reis*, uma prática popular/dramática natalina de origem luso-açoriana, é “resgatada” e impressa nas folhas do Boletim, pertencente ao acervo das tradições catarinenses “vai lentamente desaparecendo por influência da vida e dos costumes deste fim de século”.<sup>30</sup>

O discurso tradicionalista resiste ao que é novo, solidifica uma fronteira simbólica na defesa da posição social que ocupa seu portador. O discurso parte da elite, dos anseios, visões e de suas representações de mundo e atua sobre a própria realidade. Aos folcloristas era preciso resgatar as sobrevivências de uma herança passada que fortificasse os laços regionais em torno da nação. A delimitação de um campo discursivo que se utiliza das tradições como fronteira tenta repelir o diferente.

A tradição nacional, tão rica de motivos originais, se encontra no momento ameaçada de se desfilar ao contato das ondas cosmopolitas, que além de esterilizarem o veio popular, tendem deploravelmente a destruir a originalidade das forças vivas do nosso Brasil.<sup>31</sup>

Na busca das origens do habitante litorâneo de Santa Catarina, a cultura popular tem uma importância estratégica, na concepção do folclorista Oswaldo Cabral, que vê o folclore como reminiscências das origens, remetendo a um tempo mítico a origem da formação do povo catarinense. Assim, como Renato Almeida que tentava se afastar de uma visão romanceada do folclore, Cabral também defende a cientificidade do folclore e reivindica sua autonomia.<sup>32</sup>

Desta forma, a luta de Renato Almeida em fundar uma disciplina para o folclore no Brasil é adotada em Santa Catarina pelo grupo do *Boletim*, que busca uma legitimação a colonização açoriana através, também, do folclore. Pois, estando o folclore envolto pelo véu da ciência, dentro de um campo disciplinar autorizado, os folcloristas consolidariam um poder inerente ao discurso verdadeiro da ciência. Segundo Foucault: “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”.<sup>33</sup>

Oswaldo Rodrigues Cabral assim se refere ao grupo de intelectuais ligados a *Comissão Catarinense de Folclore* que ele secretariava:



Sem quaisquer reboços filiamo-nos à corrente que situa o folclore entre as ciências histórico-sociais (...). Estudando as culturas material e espiritual das classes vulgares, que conservam o seu patrimônio cultural através principalmente da tradição oral, embora partes integrantes de sociedades que mantêm uma tradição escrita.<sup>34</sup>

Porém, a fronteira entre romancistas e folcloristas é muito tênue. Ambos, o romântico e o folclorista (enquanto cientista) partem da noção de cultura popular para construir seus argumentos/teorias.

Considerando que a cultura popular é o resultado de um processo de construção intelectual, que serve a diferentes interesses sociais das elites, percebemos o folclore como uma categoria discursiva. Para a elite catarinense de Florianópolis o folclore foi uma forma de deslocar a imagem negativa dos açorianos (entendidos como descendentes diretos dos portugueses) das páginas da história catarinense.

Como já foi dito, a origem dos estudos eruditos sobre cultura popular remonta aos debates em torno da formação dos Estados Nacionais – século XIX e XX – europeus, de onde se percebe um interesse da classe ilustrada sobre o povo. E, se por um lado alguns intelectuais de uma corrente estética romântica inspiravam-se no “primitivismo” – busca de valores baseados em uma “cultura vulgar” – para combater a “arte” rebuscada do classicismo, por outro, em termos de uma política nacionalista muitos pensadores usaram a cultura popular como fator de coesão social e unificação cultural, objetivando agregar as diferentes populações sob um único teto. Desta maneira, com um caráter homogeneizante a cultura passa a desempenhar um papel capaz de mover elementos simbólicos e criar um espírito de pertencimento nacional. Que pode ser revivido em momento de conflito, como em caso de guerras internacionais ou em lutas mais específicas, dentro de um mesmo território nacional, no caso das independências, onde se vislumbram conflitos simbólicos entre o “eu” (nacional) e o “outro” (estrangeiro). Assim, a cultura popular surge como alicerce dos nacionalismos, “[...] ela é o elemento simbólico que permite aos intelectuais tomar consciência e expressar a situação de periferia que seus países vivenciam”.<sup>35</sup>

No Brasil o despertar do sentimento nacional e a busca de uma identidade aos habitantes da nação, podem ser vislumbrado em três períodos significativos da história republicana: no começo do século com Sylvio Romero, que propunha a renovação da literatura nacional – já no começo do século XX – por meio das apropriações de material folclórico; durante o Estado Novo, quando todo um aparato oficial foi movido na construção do povo brasileiro resultante da miscigenação entre “raças” – como aponta Gilberto Freyre; e após 1950, quando se percebe uma presença maciça de empresas multinacionais no país, assim como a onda crescente da cultura norte-americana (música, cinema etc), que invade os mercados da América Latina. Nos três momentos distintos tem-se em comum a percepção do “eu” (brasileiro) em relação ao “ele” (forasteiro), sejam alemães, italianos ou norte-americanos.

Dessa forma, a nação, por meio de seus intelectuais autorizados, produz e faz circular um conjunto de discursos unificadores em torno de certa identidade cultural, ora para manter as relações de poder, ora para modifica-las.

Em Santa Catarina estava-se querendo modificar para manter, ou seja, modificavam-se as referências simbólicas, o imaginário social, sobre o imigrante luso-açoriano, porém, a elite mantinha-se nos postos de comando da vida pública.

A emergência do folclore na década de 1950 não pretendia, desta maneira, democratizar os saberes e transformar as relações sociais, mas sim erguer trincheiras entre o culto e o popular, com a criação de uma disciplina científica que se encarregasse de classificar e analisar o domínio das práticas populares. Podemos afirmar que a cultura

popular é uma descoberta e uma invenção das elites.<sup>36</sup> O estudo folclórico foi objeto de pesquisa erudita inserido num projeto político-cultural, que buscava um deslocamento do olhar sobre as classes populares, um olhar disciplinador.

Oswaldo Cabral em *Cultura e Folclore*<sup>37</sup> insere o folclore no patamar dos estudos científicos, concedendo-lhe valor – *status*, este movimento obedece a uma corrente ideológica do período que mescla elementos romântico/estético (busca do “mito de origem” na cultura catarinense) e político/ideológico (afirmação da cultura luso-açoriana aos centros de poder, no caso a capital de Santa Catarina, Florianópolis). Segundo Ortiz: “como os românticos, os folcloristas cultivam a tradição. O elemento selvagem encerra portanto uma positividade, permitindo aproxima-lo da riqueza das pedras preciosas.”<sup>38</sup>

Então, é através da idéia de que o Folclore é de fato uma ciência autônoma, que tem como objeto uma cultura a parte (representante das tradições de uma classe atrasada frente ao projeto nacional-desenvolvimentista) que se pode realizar uma separação entre o “erudito” e o “popular”.<sup>39</sup>

Segundo Florestan Fernandes, as afirmações que colocam em oposição cultura popular e cultura erudita para ter valor:

Deveriam ser apresentadas sob a forma de conhecimento científico, aproveitando a mística criada em torno da ciência e da validade de suas induções. Os conhecimentos sobre os elementos folclóricos foram então reunidos e sistematizados sobre um nome comum e o caráter de “ciência” do folclore ardentemente defendido pelos folcloristas [...].<sup>40</sup>

Percebemos, por fim, que a unificação científica em torno das práticas e ritos “populares” de Santa Catarina se deu, entre outros fatores, pela organização da Comissão Catarinense de Folclore com Oswaldo Rodrigues Cabral, intelectual da elite envolvido em várias esferas do poder de Estado, que tinha trânsito livre em diversas instituições oficiais graças a uma sintonia ideológica com a política nacional-desenvolvimentista vigente. Cabral manejou os símbolos em jogo e mais do que remexer nos mitos do passado, ajudou a construir um projeto de futuro à identidade cultural do catarinense.

---

## Notas

<sup>1</sup> BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média – o contexto de François Rabelais. 4. ed. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1999. p. 8.

<sup>2</sup> Ver: ANDRADE, Mário. Danças dramáticas do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia ; Brasília : INL, Fundação Nacional Pró-Memório, 1982.

<sup>3</sup> Os primeiros integrantes da Sub-Comissão foram: Oswaldo Rodrigues Cabral (Secretário Geral), Almiro Caldeira, Altino Flores, Álvaro Tolentino de Sousa, Antônio Nunes Varela, Antônio Taulois de Mesquita, Aroldo Caldeira, Carlos da Costa Pereira, Carlos Büchler Junior, Custódio de Campos, Elpidio Barbosa, Henrique da Silva Fontes, Henrique Stodieck, Hermes Guedes da Fonseca, Ildefonso Juvenal, João dos Santos Areão, João Crisóstomo de Paiva, João A. Sena, Martinho de Haro, Oswaldo F. de Mello Filho, Othon Gama D’Eça, Plínio Franzoni Junior, Vilmar Dias e Walter Piazza.

<sup>4</sup> Autor de História da Música Brasileira e Inteligência do Folclore.

<sup>5</sup> LIMA, Rossini Tavares. Um pouco da vida e da obra de Renato Almeida. IN: Estudos e ensaios folclóricos em homenagem a Renato Almeida. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores – Seção de Publicações, 1960.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Renato. Inteligência do folclore. Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1957. p. 27.

<sup>7</sup> ORTIZ, Renato. Românticos e folcloristas. São Paulo : Olho d’Água, (S.D.). p. 42.

<sup>8</sup> FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1989.p.46



<sup>9</sup> Idem. p. 29.

<sup>10</sup> ANDRADE, Mário. Op. Cit. p. 69.

<sup>11</sup> Segundo Leandro Konder: "(...) o programa que a instituição se propunha era o de contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares. Não havia, entretanto, nenhum consenso no que se refere a como deveria ser essa ideologia ou como ela deveria se identificar com o povo". Ver: KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. IN: Historiografia Brasileira em Perspectiva. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998. p.363. Entre os intelectuais isebianos estão: Nelson W. Sodré, Cândido Mendes de Almeida, Roberto Campos, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe entre outros, sobre o ISEB ver: capítulo IV do livro de Carlos Guilherme Mota intitulado: Ideologia da Cultura Brasileira, 1933 – 1964. São Paulo : Editora Ática, 1994. E, segundo Mota "o estudo crítico mais completo sobre o tema é o de Caio Navarro de Toledo, ISEB: Fábrica de Ideologias. Análise de uma instituição, FFCL de Assis. Tese de Doutorado, 1973".

<sup>12</sup> Ver: TREVISAN, Maria José. Anos '50: os empresários e a produção cultural. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo : v.8, n. 15 pp.139-156, set.87/fev.88.

<sup>13</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Op. Cit. p. 7.

<sup>14</sup> No terceiro capítulo a autora trabalha a açorianidade como uma tradição inventada. Ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra do boi – palavras, sentidos, ficções. 2 ed.. Florianópolis : Editora da UFSC, 1998. p.133

<sup>15</sup> ARAÚJO, Hermetes R. de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>16</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A vitória da colonização açoriana. IN: Cultura política. Rio de Janeiro, n.7 : separata, setembro de 1941. p.10.

<sup>17</sup> Idem. p.47 e 48.

<sup>18</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. Florianópolis : Imprensa Oficial, 1951.

<sup>19</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. Poranduba catarinense. Florianópolis : Edição da Comissão Catarinense de Folclore, 1957.

<sup>20</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Literatura oral no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio; Brasília : INL, 1978.

<sup>21</sup> ROMERO, Sylvio. O elemento português no Brasil - Conferência. Lisboa : Typografia da Companhia Nacional Editora, 1908.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Ver: Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore. Ano II, n.8, junho de 1951. p. 3 e 4.

<sup>24</sup> Ver: GARCIA, Edgar. Práticas regionalistas e o 'mosaico cultural catarinense'. Dissertação (História) pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

<sup>25</sup> SOARES, Doralécio. O folclore catarinense e suas manifestações. IN: Cadernos da cultura catarinense. Florianópolis, edição da Fundação Catarinense de Cultura, Ano I, n.2 - abril e junho de 1985.

<sup>26</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945). Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Católica de São Paulo, 1992. p. 63.

<sup>27</sup> HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4. ed. Rio de Janeiro : DP & A, 2000. p. 47-65.

<sup>28</sup> D'Éça, Othon Gama. Homens e algas. 3.ed. Florianópolis : FCC : Fundação Banco do Brasil : Editora da UFSC, 1992.

<sup>29</sup> Idem. p. 72.

<sup>30</sup> Caderno especial do Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore, intitulado: "O Terno de Reis no Folclore Catarinense". Série C, n.2, junho de 1950.

<sup>31</sup> LIRA, Mariza. Problemas fundamentais do folclore catarinense. IN: Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore. N.6, ano II, 1951. p. 17.

<sup>32</sup> Tendo como tema o "folclore", Oswaldo Cabral publicou vários artigos, alguns no Boletim Catarinense de Folclore, entre eles: A Setra, a Funda e o Bodoque (1950), Calungas de Barro Cozido (1951), Antigos Folguedos Infantis de Santa Catarina (1951), Olaria Josefense (publicado no arquipélago de Açores em 1951), A Ciência do Folclore (conferência-1952), O Folclore do Jogo do Bicho (publicado em Portugal-1953), Contribuição ao Estudo

---

dos Folgedos Populares de Santa Catarina (1953), e, o livro Cultura e Folclore (1954).

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo : Edições Loyola, 1996. p. 88.

<sup>34</sup> CABRAL, Oswaldo R. Cultura e folclore – bases científicas do folclore. Florianópolis : Edição da Comissão Catarinense de Folclore, 1954. p. 22.

<sup>35</sup> ORTIZ, Renato. Op. Cit.

<sup>36</sup> Ver: BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

<sup>37</sup> Ver: CABRAL, Oswaldo R. Op.Cit.

<sup>38</sup> ORTIZ, Renato. Op. Cit. p.39

<sup>39</sup> Segundo Peter Burke “a fronteira entre as várias culturas do povo e as das elites é vaga e por isso a atenção dos estudiosos deveria concentrar-se na interação e não na divisão entre elas”. Ver: BURKE, Peter. Op. Cit.. Por isso devemos considerar a cultura popular não como um conjunto de práticas tradicionais e estagnadas, mas como um conjunto de práticas em constante transformação, que se mescla com a dita cultura de elite (cultura); devemos pensar a cultura popular não como um campo delimitado que se contrapõe a cultura de elite, mas entender que as fronteiras entre as duas são móveis, fluidas, chegando a desaparecer em determinados pontos. Segundo Chartieu, o cruzamento entre ambas é que produz “(...) ‘ligas’ culturais ou intelectuais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados uns aos outros como nas ligas metálicas”. CHARTIEU, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Lisboa : DIFEL, 1990. (p.56).

<sup>40</sup> FLORETAN, Fernandes. Op. Cit.